

A História de Petrópolis - Alvaro Zanatta
quarta-feira, 11 de março de 2015
A HISTÓRIA DA RUA DO IMPERADOR

O presente artigo, é uma homenagem ao saudoso jornalista ÁLVARO ZANATTA, que pesquisou por anos a fio a história e as lendas das ruas de Petrópolis, porém veio a falecer antes de publicar a sua obra "História e Lendas das Ruas de Petrópolis", um livro muito interessante e curioso sobre as ruas da nossa querida cidade de Pedro.

Esse histórico abaixo fala sobre a origem, os estabelecimentos comerciais e curiosidades da tão famosa Rua do Imperador, mais conhecida por todos os petropolitanos como, "Avenida".

Vale a pena a leitura é um texto longo, porém riquíssimo em detalhes.

Teve como denominações anteriores: do Imperador e Avenida XV de Novembro. Através da Lei nº 4.001, de 09 de outubro de 1979, foi restaurada a antiga denominação de Rua do Imperador e tem início as duas pistas, na Praça da Inconfidência e termina, o lado par, na confluência das ruas Dr. Néelson de Sá Earp e Prof. Pinto Ferreira e, o lado ímpar, no início da Rua Washington Luiz.

Rua do Imperador, centro comercial da cidade desde a fundação da Imperial Colônia de Petrópolis, em 1845. Duas pistas que margeiam os córregos, ditos rios, no dizer da terra, o Quitandinha e o Córrego Seco, depois Palatino ou Palatinato, que se encontram ao centro do logradouro, no local chamado "Bacia". Na Rua do Imperador era onde se instalavam, primeiramente, os colonos chegados ao correr do segundo semestre de 1845. Alojavam-se nos chamados "Quartéis da Colônia", barracões de madeira, cobertos de zinco erguidos no trecho entre as então ruas Dna. Januária (Gen. Osório) e de Dna. Francisca (Mal. Deodoro) onde temos, hoje, o prédio do Fórum, quase fronteiros ao futuro Hotel de Bragança (entre os atuais números: 888 e 970 incluindo a Rua Alencar Lima) erguido três anos depois, em 1848.

A abertura da rua iniciou-se pela Renânia (Washington Luiz) de ambos os lados até a "Bacia" pelo lado par, prosseguindo, este lado, após o rio até à Praça do Córrego Seco (Inconfidência) e o lado ímpar até a altura da Rua do Mordomo (Paulo Barbosa), o trecho desde aí até a Praça do Córrego Seco apenas foi construído na década de 1850. Antes da construção da Estação da Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, 1883, o eixo da Rua era o Hotel de Bragança, as diligências da serra vinham pela Rua Thereza e a pequena estação dos Carros da Serra que se situava próxima à esquina da de Dona Francisca com a do Imperador.

A partir de 1850 começa, com mais vigor, a construção de vivendas e sobrados com lojas comerciais no térreo, cujos proprietários eram portugueses, em sua maioria, e alguns poucos de outras nacionalidades, como alemães. A elite política e financeira Imperial construía suas vivendas nas ruas convergentes à Rua do Imperador.

Em 1857 já havia um considerável comércio pela rua. A numeração dos prédios iniciava-se, ao contrário de hoje, pela Renânia: a inversão só veio a ocorrer no princípio do século XX. Portanto, a partir do Caminho da Renânia, assim era em 1857/1858 a Rua do Imperador:

O piso era de terra e os primeiros passeios, calçadas, foram mandados construir em 1857, a partir do Hotel de Bragança, de um lado e, dos Quartéis da Colônia, do outro. Bem no início da rua, o lado par de então, mandara o imperador construir uma serralha,

depois terrenos vazios até quase a Rua de Dna. Januária, onde, na esquina, erguia-se um sobrado em cujo térreo estabelecia-se Pedro Jessel, com negócio de relojoaria e abridor (sic), sobre a loja, a residência e o escritório do Dr. A. J. C. Lima, advogado e corretor de imóveis, o qual vendia terrenos na Westphalia e no Quarteirão Brasileiro (teriam sido estes terrenos abandonados pelos primeiros colonos?). A seguir, do mesmo lado, passava-se pelos Quartéis da Colônia, os escritórios de administração da colônia, os Correios, o hospital de indigentes e, já na esquina de Rua Dna. Francisca, o Quartel de Polícia, na verdade tudo um grande barracão meio alvenaria meio madeira, coberto de zinco. Nas dependências dos ditos Quartéis da Colônia realizavam-se à época os cultos evangélicos luteranos, aos domingos pela manhã.

Passada a Rua de Dna. Francisca, desde o nº 22 ao 26 estabelecia-se a Fábrica de Charutos Estrela, de Marinho & Oliveira, de onde fugira o escravo “Felizardo”, de 15 anos, isto justo em 24 de abril de 1858, segundo publicado em “O Parahyba”. A seguir, no nº 34, a residência do Sr. José Antônio da Rocha e, no 36, morava o Sr. Domingos Francisco Batista, o qual, em março de 1857 alugava um escravo de 18 anos, de onde fugiu, em 7 de agosto de 1858, uma escrava de 40 anos.

Já quase em frente à “Bacia” encontrava-se o Hotel de João Meyer, com o nº 38, ali funcionou desde 1850 até 1866, sendo que em 1865 foi vendido ao Sr. Eduardo Bartel. Vizinho, no nº 40, vendia-se fogos de artifício; no nº 42 havia uma chapelaria e papelaria, no 44 localizava-se a “Sociedade Fé e Esperança”, que em 1857 era presidida pelo Sr. Justino Peixoto. No nº 52 erguia-se o Colégio Drumond, de curta duração, a casa era considerada mal-assombrada o que, certamente, contribuiu para que não prosperasse. Seu diretor era o professor Felisberto Alexandre Drumond.

Havia no nº 56 grande sobrado, com casa de família no primeiro andar, onde em “O Parahyba”, em 1857 havia classificado solicitando uma cozinheira, de preferência “alemã” e, nas lojas do térreo: 56-A, a livraria e papelaria “Ao Livro Verde”, de Ollive & Irmãos, que também eram corretores de imóveis. No 56-B havia a Sapataria e Sapateiro cujo proprietário era o Sr. Abreu Carneiro.

No sobrado de nº 58 estava o “Clube do Comércio”, que nada mais era do que um mercado de escravos, pois os comprava, vendia e alugava; no térreo, o relojoeiro e ourives João Siebler. O nº 68 era um galpão, onde estava a oficina de marcenaria do Sr. Phellipe Huntin. Já na esquina da Rua do Mordomo (Paulo Barbosa) encontrava-se o armário do cidadão português Frâncico José de Castro, o popular “Chico da Esquina”.

Passada a Rua do Mordomo havia uma grande área ainda desocupada, pois este trecho da rua fora recém-aberto, porém aí o Sr. Friederich Sieber mandara construir, em 1857, sua residência e montou uma oficina de gravador de cristais, que veio a se tornar muito afamada na Corte e que perdurou até 1892.

Este lado par da Rua do Imperador, desde a Rua de Dna. Januária até a do Mordomo, mandara a Diretoria da Colônia, em 1857, colocar uma camada de areia grossa, com o intuito de diminuir a lama, durante o período chuvoso.

O lado ímpar, em 1857/1858, em seu começo, na esquina com Rua de Bourbon (Dr. Néelson de Sá Earp), um sobrado tinha em seu térreo a confeitaria do francês, Sr. Dagenet, ao lado, no nº 23, emprestava-se dinheiro por penhor de ouro, prata ou brilhantes e também escravos eram comprados e vendidos; por sinal, em “O Parahyba” de 13 de maio de 1857 anunciava-se a venda de um “moleque” de 18 ou 20 anos, ótimo pedreiro.

Continuando pelo ímpar da Rua do Imperador, encontramos após um terreno baldio o “Theatro Progresso Petropolitano”, mais tarde remodelado e transformado no “Theatro Cassino Fluminense”. A seguir tínhamos o grande prédio assobradado do Hotel de Bragança, erguido em 1848 e que funcionou até 1933. Em seu térreo havia lojas, como uma oficina de correeiro e seleiro e uma loja de tecidos de propriedade do Sr. Jerônimo Fernandes.

Passado o hotel havia o escritório e residência do corretor de imóveis Sr. Francisco Tavares Bastos, era o nº 31. A seguir, no 33, a cocheira de Baltar & Land, onde se vendiam cavalos. No nº 35 residia outro corretor de imóveis, o Sr. Bernardino de Araújo Costa; no sobrado do nº 41 residia o Sr. Eduardo Bartel, aquele que comprou, em 1865, o Hotel de João Meyer e, no térreo estabelecia-se a “Confeitaria Alemã”. A seguir, o Café e Restaurante de Bernardini de Araújo Costa, o mesmo que residia no nº 35.

No nº 53 estava a Relojoaria Rittimayer, fundada em 1850 por Heindrich Rittimayer, a qual funcionou em mãos de seus descendentes até 1983, 133 anos, a maior longevidade comercial petropolitana, em um mesmo endereço, até hoje.

No 53 estava o depósito de charutos de José Pedro de Moraes & Cia.; e, por fim, junto ao matagal da então Praça do Imperador (D. Pedro II, hoje) o prédio térreo onde funcionava desde 1845 o Bazar de Flaenschen e Shaeffer, secos e molhados, tecidos, etc.

Do outro lado da “Bacia”, pois a Rua do Imperador sofria solução de continuidade, não havia ponte ligando os dois lados, os terrenos da Quinta Imperial dali se estendiam até onde temos hoje o prédio dos Correios e Telégrafos. Vizinho à Quinta Imperial havia o Hotel Suíço, o primeiro da colônia, funcionou de 1846 até 1883, pertencente ao cidadão franco-suíço Sr. Choffaile; após, uma área vazia até a Praça do Córrego Seco (Inconfidência), com exceção de uma casa ao meio do caminho já então no morro, a residência do guarda-livros (algo como um contador de hoje) Sr. José Mariano do Amaral e, bem próximo à praça, a olaria do Sr. Thomaz Holden, súdito britânico. Em seguida um alagadiço (brejo) que estava sendo aterrado em 1858.

Este lado era calçado a macadame, desde o Hotel de Bragança até a “Bacia”, seguindo, do outro lado, até a praça em terra batida. A ponte metálica ligando as duas partes, deste lado, só foi construída em 1905.

Ainda em 1857, os Chorões, as Araucárias, Jacarandás, Ficus e Gonçalo-Alves plantados há quase dez anos (1851) ainda estavam baixos, não faziam sombra, as margens dos rios eram tratadas com o capim sempre aparado, onde os moradores punham suas roupas a secar, até que uma resolução da Câmara Municipal em 1878, o proibisse. Havia apenas três pontes, cruzando os rios na Rua do Imperador, sobre o rio Quitandinha: uma em frente à Rua de Bourbon (Dr. Nelson de Sá Earp) e outra em frente à Rua de Dna. Francisca (Mal. Deodoro) e sobre o rio Palatino apenas uma, próxima à Praça do Córrego Seco (Inconfidência).

Os esgotos dos prédios, lojas e residências corriam para os rios a céu aberto ou estagnando aos fundos dos sobrados. Somente em 1875 a Câmara Municipal obrigaria os moradores a canalizarem as “imundícies” para os rios, sob a rua. Todas as residências possuíam escravos domésticos, cozinheiras, pajens etc., embora os mais abastados preferissem empregar as filhas jovens dos colonos alemães nestas funções, mas, mesmo assim, havia um bom número de negros escravos pela Rua do Imperador por esta época,

porém tudo indica que o número de escravos tenha se estabilizado e, proporcionalmente, diminuído, desde então até ao final do Império.

Eram comuns os transbordamentos dos rios, durante o verão; em 1858 isso aconteceu duas vezes, a 22 de janeiro e a 3 de março causando prejuízo aos comerciantes e trazendo lama para a Rua do Imperador, aliás, o convívio com a lama no verão e a poeira no inverno, desde sempre a isso foram obrigados moradores e comerciantes. Roubos e furtos eram raros, embora a 2 de janeiro de 1858 tenha havido o furto de relógio em um quarto do Hotel de Bragança.

Coincidentemente, a 29 de junho de 1858, quando faziam treze anos da chegada dos primeiros colonos a Petrópolis, passam pela Rua do Imperador 182 colonos alemães com destino à Colônia de D. Pedro II, em Juiz de Fora, cantando e agitando bandeiras e galhos de árvores, alguns em carroças e outros a pé. O mesmo se deu a 28 de julho do mesmo ano, com 160 alemães que vieram contratados pela Companhia União e Indústria. O jornal “O Parahiba”, de 26 de agosto diz: “... não saber se por acaso ou de propósito, todas as vezes que passam por aqui, colonos importados (sic) pela União e Indústria, um grupo deles dispensa a condução de carroças, seguem a pé, entoando canções patrióticas. Com certeza os primeiros orientais “chineses”, ditos assim genericamente à época, a passarem por Petrópolis, foi um grupo de quinze ou vinte, vindos da corte com destino a São José do Rio Preto a 12 de outubro de 1858. O ébrio mais conhecido da Rua do Imperador pelos anos finais da década de 1850 chamava-se Herr Dangler, colono que acabou expulso da colônia, pouco depois.

O calçamento a paralelepípedo da Rua do Imperador tem início no século XX. No princípio do século ainda convivia-se com lama e poeira. Embora deliberado pela Câmara Municipal em 1905, neste ano também se inaugura a ponte metálica que liga, finalmente, os lados pares da Avenida XV, com grande festa e manifestações populares de regozijo. O calçamento a paralelos só se deu em 1917, primeiro o lado ímpar e levou oito meses para ser concluído totalmente. O ponto de carros e tálbures, em frente ao Hotel de Bragança, teve o estacionamento calçado em 1901, se não foi o primeiro trecho, um dos primeiros. Pouco antes, em 1893, o Quartel de Bragança ou Quartéis da Província, como passaram a ser chamados, após a elevação da Colônia à condição de cidade em 1859, foram demolidos e deram lugar ao prédio do Fórum, inaugurado em 1894, que abrigaria, além da Justiça, a Delegacia de Polícia, a Cadeia Pública e o Quartel de Bombeiros. Os primeiros até 1947, os Correios até 1926 e os Bombeiros até 1967.

A mudança da numeração da rua, então já Avenida XV de Novembro, se deu em 1905, por proposta dos engenheiros Henrique Silusse Lussac e Henrique Gonçalves Pêssego, passando a ser feita por metragem que, aprovada pela Câmara Municipal é adotada por toda a cidade, seguindo tendência mundial, iniciada na França e que começou a ser adotada na maioria das capitais brasileiras, pela mesma época.

14 de abril de 1911 marca um dos muitos acontecimentos violentos da Av. XV de Novembro/Rua do Imperador. Um tiroteio à altura da esquina com Rua Paulo Barbosa, entre os irmãos Garcia, operários da fábrica de camisas Nossa Senhora do Rosário, no Morin (Quarteirão Palatinato Superior) e o contramestre da mesma fábrica Sr. João Belchior Sobrinho, sendo este atingido de raspão na cabeça. Respondendo à agressão, feriu um dos irmãos; o próprio delegado de Polícia, Dr. Edmundo de Lacerda, que era médico, cuidou dos feridos e depois os prendeu.

As primeiras décadas do século XX foi a época dos “dândis” ou almofadinhas, bons, alguns nem tanto, de discursos, freqüentavam os cafés, diários e continuamente observando a passagem de senhoras e senhoritas “coquetes”. Muito conhecido, desde muito tempo e que passou à história nas páginas de colunas sociais da época foi o Sr. Sebastião Benevuto de Carvalho (ver dados biográficos no Título II, Cap. XXII, Quarteirão Wesphalia, Rua Sebastião de Carvalho). Época também de grande efervescência política, republicanos, positivistas, anarco-socialistas e saudosistas imperiais se enfrentam, chegando muitas vezes às vias de fato, nos cafés da Av. XV. Os italianos de Cascatinha, socialistas na maioria e outros anarquistas, aumentavam a pressão. O trem dos italianos em greve era o terror dos comerciantes da avenida e davam muito trabalho à polícia.

O tempo esquentava na avenida XV de Novembro em 1917, com a entrada do Brasil na 1ª Guerra Mundial. Há grandes manifestações populares contrárias aos alemães que, até há pouco eram apoiados por boa parte da população da cidade. A ira dos manifestantes se concentra no Hotel Max Mayer, cujo proprietário, alemão patriota, tem seu estabelecimento saqueado e é covardemente agredido. Max Mayer havia se estabelecido, com hotel, em frente à Estação Ferroviária em 1880 e o hotel ainda funcionou até 1930, pelas mãos de sua viúva.

Os postes, os mesmos que suportavam os antigos lampiões, de ferro pintados de preto, desde 1896 são suporte para a iluminação elétrica, com lâmpadas incandescentes, de luz amarelada, pouco mais clareiam que os antigos lampiões. Esta iluminação faz das suas noites conturbados tempos: em 24 de abril de 1917, à noite, claro, João Lourenço, proprietário de armazém de secos e molhados ao nº 315, vizinho ao Café Vista Alegre, atira em um gambá, pensando ser um larápio. Atinge uma mulher que dormia no sobrado do café, sem maior gravidade.

Ébrios de plantão havia alguns, sendo o mais famoso o alemão “Wurtz”, que se dizia marinheiro da Armada alemã, aprontava quando embriagado, o que era freqüente. Várias vezes preso, era solto ao curar a bebedeira, desapareceu, como desaparecem as borboletas e os elefantes, sem que se perceba como. O “Hotel do Pato”, no nº 131, onde hoje está o prédio de uma padaria, pertencia ao cidadão espanhol Sr. Ramon Lavaquiale, desde 1892 facilitava a vida dos boêmios e dos amantes. Seu restaurante no térreo foi o primeiro a não ter hora de fechar.

Os “bonds” elétricos, inaugurados em 1912, mais precisamente a 2 de setembro, tornaram-se popular meio de transporte e todos convergiam para a “Avenida”. Ainda havia carrocinhas de leite puxadas por cabritos, que todas as manhãs chegavam dos Quarteirões. O senhor A. Freitas, no nº 202, em 1917, anunciava na “Tribuna” que emprestava dinheiro para inventários e comprava direitos hereditários.

O eixo da Avenida XV de Novembro, desde 1883, com a inauguração da Estação de trens, passou da frente do Hotel de Bragança e da Rua de Dona Januária (Rua Marechal Deodoro) para as imediações da Estação Ferroviária e Rua do Mordomo (Rua Paulo Barbosa). Construíram-se novos hotéis, como o Max Mayer, o Hotel Central, na esquina com Rua Dr. Porciúncula e o Modern Hotel, pouco antes da esquina da Rua Paulo Barbosa. O Hotel Bragança se tornava obsoleto e perdia clientela, até encerrar suas atividades em 1924. A construção da ponte metálica ligando os dois lados (1906) e a posterior inauguração da Estrada Rio-Petrópolis (1926), desloca, definitivamente o eixo comercial da avenida (Rua do Imperador) para a região da “Bacia” (Praça Dom Pedro II).

Em 1926, 75 anos após Reymarus ter executado sua planta da Imperial Colônia de Petrópolis, já haviam passado as ressacas da proclamação da República e da 1ª Guerra Mundial. A então Avenida XV de Novembro se reconciliava com o passado Imperial e com os alemães. Presidentes da República por ela passeavam, durante as estadias de verão e, como eles a elite republicana. O comércio da rua se fortalecia, embora apenas uma casa comercial houvesse sobrevivido desde 1857, “A Tradicional” joalheria de Henrique Rittimayer.

Partindo-se da estação, esquina com Rua Dr. Porciúncula, pelo lado ímpar, tínhamos: nº 41 Hotel Central; nº 71 Casa Mussel – Funerária; nº 75 Casa Familiar – Armazém de secos e molhados; deste nº 75 até ao 89, um terreno baldio, utilizado para armação de circos, quando na cidade; do nº 89 ao 103 o Modern Hotel; na esquina da Paulo Barbosa o Colégio Pinto Ferreira; na outra esquina, José Hingel & Cia. – Material elétrico, o qual pediu concordata em julho de 1926; nº 261, Café Cometa; nº 279, Sapataria Para Todos; 298, Casa Almeida – Tecidos; nº 301, Singer Sewing Machine Company – máquinas de costura; nº 319, Fábrica de Tapetes de Madame Strauss; nº 331, Papelaria e Typographia Hees; nº 349, Casa Salomão – Tecidos e armarinho; nº 351 ao 359, Lourenço Nogueira & Cia. – Armazém de secos e molhados; nº 365, Banco Popular do Brasil; nº 371, sobrado, Fábrica Mechanica de Sacos de Papel de Müller e Passos Ltda.; nº 371, Casa Samuel – Móveis; nº 377, Tinturaria Parisiense; nº 381, Padaria Alemã; nº 401, Armazém Petrópolis – Machado & Cia.; nº 403, Casa Canalli – Artefatos de vime e junco; nº 407, A Luzitana, seleiro, sapataria e fábrica de tamancos; de José de Euzébio Queiroz; nº 419, Joalheria e Ourivesaria de João Klipel & Irmão; do nº 431 ao 437, Fábrica de Móveis e Colchoaria Grandi de Cleto Grandi; nº 441, Casa Bogary – Funerária de Elpídio do Valle; nº 473, Ao Modelo de Petrópolis – Chapéus masculinos e femininos; nº 477, Casa Pedro Jorge – meias, camisas e tecidos; nº 521, casa Antoun – Tecidos; nº 547, F. Conzenza, Representante dos Automóveis Studbacker, com exposição de veículos, aqui em 1857 era o nº 68, um galpão e mercearia, hoje o prédio do Grande Hotel; nº 555, Pharmácia Petrópolis – Consultórios e clínicas dos Drs. Paula Buarque, Oliveira Leite, Cândido Martins, David Sanson, Paulo Rudge, Vital Fontenelle, Romão Júnior e Gabriel Bastos; nº 563 A, Eqüitativa Seguros Gerais e Aliança da Bahia Seguros – Representante em Petrópolis Arthur Loureiro; nº 574, Comissário Lopes – Serviços de transporte para a capital federal; nº 591, Bazar Central – Materiais de construção; nº 601, Casa Americana – jóias e relógios; nº 619, Restaurante Milano, de Hercole Falconi; nº 629, sobrado, São Paulo Club, que anunciava – “Conforto e Comodidade, tratamento fidalgo, e estava garantido por “Interdicto” da Justiça Federal; nº 629, Loja Fraternidade Luzitana; nº 657, Leiteria Mineira; nº 661, Ao Colosso de Petrópolis – Magazin; nº 671, sobrado, Alfaiataria Moderna – chapéus de palha; nº 671, Loja Armarinho, de Mário Corrêa da Silva; nº 699, Colégio Sta. Isabel; nº 737, Casa Energina – óleos lubrificantes, tintas e pneus. A firma Costa & Cia. faliu e foi a leilão em 12 de março de 1926; nº 743, A Samaritana – artigos para homens, camisaria e chapelaria; nº 653, Casa Duriez – secos e molhados finos; nº 763, sobrado, Vicente Marchese – câmbio; nº 763, Loja Bric a Brac – compra e venda de móveis usados; nº 793, Alfaiataria André Dias; nº 801, Oficina para Automóveis e Pneus Goodyear, de Joaquim da Costa Freitas, na calçada, bomba de gasolina da Standard Oil Company; nº 811, Casa Confiança – brechó do Sr. Rink compra e vende tudo; nº 835, Oficinas e redação do jornal “O Comércio”, propriedade de Carlos Rizzini, gerente Francisco Voges, órgão do Partido Republicano Fluminense, ficava na esquina da Rua Marechal Deodoro; na outra esquina, nº 861, Banco Construtor do Brasil – fornecedor de energia elétrica e água para a cidade desde 1898 até 1939; a seguir o prédio do Fórum com a Delegacia de Polícia, quartel de Bombeiros, Correios e Telégrafos, Cartórios e Varas cíveis e criminais, indo até a esquina com Rua Gen. Osório; do outro lado, nº 907, Restaurante Rio-Petrópolis; nº 1.033, Panificação Sul Americana; nº 1.049, Bentes & Barbosa – agentes dos automóveis da marca Chevrolet; nº

1.053, Quitanda Petrópolis; nº 1.055, Oficina e Redação do “Jornal de Petrópolis”, cujo gerente era o Sr. Sandálio Alcover; nº 1.069, Bazar Chave de Ouro – Tecidos e utilidades do lar; nº 1.081, A Óptica – material fotográfico, Lentes e armações para óculos de H. Haack; nº 1.085, Chapelaria Silva, chapéus para damas e cavalheiros; 1.087 e 1.089, Fábrica de Caixas de Papelão – L. Silva & Cia.; nº 1.127, Fábrica de Ladrilhos de André Justen & Cia.; por último deste lado, um posto de gasolina da marca “Energina”, de Fonseca & Bompét Ltda., a logomarca da “Energina” era a suástica Nazista.

Do mesmo modo, partindo-se da Praça da Inconfidência, pelo lado par temos: nº 16, Casa Galo – Louças e ferragens; ao lado, Hotel Max Mayer; no nº 50, “Só Vale Quem Tem” – Loterias; nº 66, Açougue de Francisco Firmo Heffer; nº 96, O Banco de Petrópolis – agência matriz; nº 138, um sobrado de habitações coletivas, propriedade do Sr. Domingos Nogueira; nº 160, Casa Samuel – Tapetes; nº 264 Escola de Remington Oficial de Datilografia da Professora Catharina de Andrade; nº 266, Casa Queiroz – Papelaria e livraria; nº 288, sobrado, S. A. Casa Pratt - Maia & Irmão, representantes de máquinas de escrever e material de escritório Remington; nº 288, loja, Casa Aliança – Meias em geral; nº 292, Colégio Ateneu Brasileiro – Internato e externato; nº 300, gabinete do Dr. Henrique Cunha, cirurgião-dentista, corretor de imóveis e loteador; nº 310, Madame Helena – Massagista (atendia em domicílios); a seguir um terreno vazio, utilizado eventualmente por parques de diversão e circos; nº 350, o prédio dos Correios e Telégrafos, inaugurado em 1922; ao lado, em terra com muito capim, o que viria ser a Rua Eptácio Pessoa; nº 400, o Colégio Dom Pedro II, também fundado em 1922; daí até a “Bacia” na margem direita do rio Quitandinha, áreas a serem loteadas, que outrora pertenciam aos jardins do Palácio Imperial, nesta época um grande matagal.

Do outro lado da “Bacia”, e vizinho já à Praça D. Pedro II, em 1926 e desde 1914, no nº 700, estava a “Casa D’Angelo”, mas ainda em prédio térreo, sem o sobrado de hoje; ao nº 710, Mendonça e Ollive – corretores de imóveis; nº 718, Ao Grande Chic – Chapéus para senhoras; nº 728, “Papelaria do Povo”; nº 734, Vicente Marchese – Câmbio e, o que se chamaria hoje, consultor financeiro para necessitados ou massas falidas; nº 744, “Confeitaria Falconi”, que faliu em outubro deste 1926; nº 754, “Joalheria Royale”, de Emanuel Bloch e Frère; nº 762, “Nice Hotel”, de Vicente Marchese; nº 764, “Casa Hermann” – Material médico e cutelaria; nº 768, Casa Xavier – Modas, brinquedos e presentes; nº 774, sobrado, Café e bilhares de Luiz Bonsauer – aberto diariamente até 1 hora da manhã; 774, térreo, “A Fortaleza”, de Reynaldo Chaves – Artigos para homens; nº 790, “A Tradicional”, joalheria de Henrique Rittmayer, desde 1857, quando estava sob o nº 53; nº 798, Açougue e Salsicharia a vapor, de Oliveira & Soares; nº 804, “Salão Cosmopolita” – Cabeleireiro para senhoras; nº 806, Theatro Petrópolis, prédio ainda assobradado; do nº 810 ao 826, “Garagem Brandão” – Representante e revendedor dos automóveis “Rugby”; nº 832, Salão Paris – Barbeiros; nº 842, “Casa Paulista”, de Madame Julieta Oliveira – Roupas para senhoras e crianças; nº 848, “A Favorita” - Tecidos e armarinhos; nº 870, “Casa Gomes”, de Pedro Gomes – Conservas e bebidas finas, reinaugurada em 13 de novembro de 1926, a reforma esteve a cargo do Sr. De Carolis; nº 880, J. Pinheiro Filho – Material de construção; nº 882, “Tabacaria Serrana” – Cigarros, charutos e fumos em geral; nº 892, “Casa Homeopática Hanemann”, do Dr. Manuel Joaquim Costa; nº 896, “Café Paulista”, de Antônio Costa Pinto, inaugurado a 1º de novembro de 1926; nº 912, sobrado, Mendonça & Oliveira – Escritório comercial, administração, aluguéis, compra e venda de imóveis; nº 912, loja, “Casa de Pianos e Machinas Falantes”; nº 938, “Café Centenário”, de Frota e Fernandes - Aberto até meia-noite; nº 964, “Fábrica de Móveis Gelli” e loja de varejo; na esquina da Rua Alencar Lima, em prédio recém-construído, a agência da “Caixa Econômica Estadual”, na outra esquina, em construção, o prédio da futura sede do “Banco de Petrópolis”; nº 996, “Casa Aliança”, de Christóvão & Filho –

Meias, camisas e miudezas; nº 970, “Theatro Cassino Fluminense”, onde a 1º de maio de 1897 exibiu-se o primeiro filme em Petrópolis; nº 986, Theatro Capitólio; nº 990, Chapelaria Rio Branco, de Madame Thereza Magiotta – Fábrica de chapéus-de-sol e bengalas; nº 1.004, Alfaiataria da Paz – Costumes e ternos masculinos; nº 1.038, Casa do Povo – Loterias; nº 1.005, Club dos Diários – reunia profissionais da imprensa carioca correspondentes na cidade, assim denominado pois chegavam no primeiro trem pela manhã, vindo da capital federal e retornavam no das 16h; nº 1,080, Bazar Standard – Armarinho; já na esquina da então Rua Cruzeiro (Dr. Nélon de Sá Earp), nº 1.060, Belloni & Spalluto – Agentes do Lloyd Saburo, Cia. de Navegação Italiana.

Ainda neste ano de 1926, algumas das antigas pontes de madeira pintadas de vermelho, como a em frente à Rua Cruzeiro (Dr. Nélon de Sá Earp), estão sendo substituídas por pontes de concreto armado e balaústres também, pintados de branco. Os moradores da avenida reclamavam, constantemente, do barulho produzido pelos cães vadios à noite. “Veludo” é o tipo popular mais famoso, de nome Maria Pimenta, mulata de aparência idosa, pelos anos ou pelos dissabores da vida. Por vezes ébria e eram muitas as vezes, usa chapéu de plumas, capa que se sobrepunha ao vestido longo, surrado e óculos. As banquetas dos rios são reformadas e construídas calçadas deste lado. Um bonde irrigador tira a poeira da avenida XV de Novembro, todas as manhãs.

A 25 de janeiro de 1926 inaugurou-se exposição de pinturas da Srª Clara Welker, na sala de espera do Theatro Petrópolis. Poucos dias depois, na Casa Gelli, abre-se exposição de “bibelots”, trabalhos do escultor Viegelmann de Munich, apresentados pela primeira vez na cidade pela Srª Nini Gronau. Os verões eram a época dos grandes acontecimentos sociais, e nesse tempo nota-se uma presença ainda marcante da cultura germânica. Em 31 de janeiro de 1926 visita a cidade a tripulação do cruzador alemão “Berlim”. Cerca de setenta marujos chegam à cidade às 8h30, pelo trem da Leopoldina; são recebidos com banda de música (Banda do Clube Comercial), passeiam pela Avenida XV, almoçam no Coral Concórdia (Rua 13 de Maio) e voltam para o Rio de Janeiro, no comboio das 16h30. Causou surpresa à imprensa o fato de, no sábado, 16 de janeiro, não ter havido nem um só casamento no Cartório de Registro Civil.

Em 2 de junho de 1926, em frente à Chapelaria Rio Branco (990 da Avenida), falece, subitamente, o Sr. Felipe Botelho, mulato de 32 anos. A polícia providenciou, prontamente, a retirada do cadáver. No dia nove do mesmo mês, às 18h30, irrompeu um grande incêndio no barracão aos fundos da residência do Sr. Ferdinando Finknauer, que fica próximo à Rua 14 de Julho (Washington Luiz), os bombeiros agiram rápido e não permitiram que o fogo se alastrasse para os prédios vizinhos. Em 28 de junho de 1926, próximo ao nº 73 da Avenida XV, os sócios em açougue na Rua Cel. Veiga, Joaquim Marques e Manoel Vaz da Silva discutem, Manoel dá um tiro em Joaquim ferindo-o gravemente. Manoel é preso na hora.

Para melhorar os ares (ainda não se melhorava o astral), a 5 de julho Madame Curie visita Petrópolis. A famosa cientista francesa, ganhadora do Prêmio Nobel de Física em 1903, foi trazida à cidade pela sociedade União Inter-Americana de Mulheres. Madame Curie passeou pela Avenida XV e almoçou na Granja Independência. Como todos os visitantes na época, chegou no trem das 8h30, com recepção de banda de música, no caso, do “Clube Euterpe” e retornou à capital federal no trem das 16h30. No Theatro Capitólio, a partir de 27 de julho de 1926 esteve em cartaz, por duas semanas, o filme “O Mundo Perdido”, de Conan Doyle, produção da First National Pictures, estrelando: Lewis Stone, Wallace Barry, Besse Lowe e Loide Hughes acompanhava essa superprodução, lindas partituras, que aqui foram executadas por grande orquestra, sob regência do professor Gao Omatch, da Escola de Música Santa Cecília.

A Avenida XV de Novembro, em 1926, sentia muito a falência da Confeitaria Falconi, embora a estimada família Falconi já não fosse mais proprietária do estabelecimento desde 1922. A 13 de agosto inaugura-se a agência da Caixa Econômica Estadual, na esquina da Avenida XV com a recém-aberta Rua. Alencar Lima. A agência funciona das 10 às 17 horas, de segunda a sexta. O 7 de Setembro de 1926 passa quase despercebido pela Avenida XV, no dizer de um colunista da “Tribuna” de 10 de setembro, apenas os escoteiros do Grupo Pedro II desfilaram pela avenida. Dulcina de Moraes, a futura grande estrela do teatro, estreia no Capitólio a 11 de setembro; ela tem apenas 18 anos. A Cervejaria Bohemia lançava uma nova cerveja, a Bock Malter, cerveja escura que era recomendada às senhoras em período de lactação, “por ser nutritiva e forte”, no dizer de reclame da “Tribuna”.

1926 também muda o sentido comercial da Avenida XV de Novembro (Rua do Imperador) com a inauguração da Rodovia Rio-Petrópolis, futura Rodovia Washington Luiz; os olhos comerciais voltam-se para a Renânia, o que tem consequência na disposição comercial da Rua do Imperador até hoje: a elite frequenta, preferencialmente, da Praça D. Pedro II ao Fórum ou pouco mais e o povo simples o outro lado, onde se encontram os supermercados, açougues e os terminais de coletivos urbanos.

Os tempos são quentes novamente em 1935. Agora são Socialistas e Fascistas que se digladiavam, desde discursos às vias de fato: 9 de junho de 1935, comício socialista na Praça D. Pedro II termina em passeata pela avenida, indo em direção à Rua Cruzeiro (Dr. Nelson de Sá Earp), onde localiza-se a sede da “Ação Integralista Brasileira”, fascistas. Boa coisa não poderia acontecer, além de feridos, um operário é morto a tiros. No dia seguinte, o enterro do operário da Têxtil Santa Helena, acontece greve geral dos têxteis apoiados por outros sindicatos, inclusive pelo poderoso Sindicato dos Ferrovieiros, que conduzem por trem os trabalhadores da Cia. Petropolitana de Cascatinha, “u treim dus italianu”. Era comum à época, o comércio da avenida cerrar suas portas em sinal de respeito e luto, quando algum político ou cidadão de destaque na sociedade falecia na cidade. Os operários revoltados os intimidaram a também fechar as portas, pelo companheiro morto; há confusão, alguns comerciantes reagem, se negam a fechar seus estabelecimentos, lojas são apedrejadas e saqueadas, a polícia se intimida, aguarda reforços vindos de Niterói. Por fim, todo o comércio fecha, inclusive bares, restaurantes e cafés, tais fatos se sucedem pela manhã.

À tarde, no Valparaíso, o clássico da cidade, grande público, o Serrano vence o Petropolitano por 5x3. Nos cinemas da Avenida XV de Novembro, em cartaz: No Petrópolis “Duque de Ferro”, com Georg Arlyse e no Capitólio “Acima das Nuvens”, com Robert Armstrong e Dorothy Wilson. Ao cair da tarde a cidade é tomado por forças militares, um piquete de cavalaria vindo de Niterói desfila pela Avenida XV de Novembro ao som de clarins intimida os grevistas. Há seções nos cinemas à noite, soirées.

Pela década de 1930 a Avenida viu, além das lides políticas, surgir no alvorecer 1929/1930 o primeiro “arranha-céu”, o prédio do Grande Hotel, seis andares em dois blocos no nº 547. Os bondes, que haviam começado a circular em 1910, param em dezembro de 1939, encerrando um ciclo do transporte coletivo de Petrópolis; inicia-se o império do transporte rodoviário.

Tempos difíceis se aproximam, o mundo em guerra, e a Avenida XV de Novembro não poderia passar incólume. Paixões políticas desfilam pelas calçadas, bares e cafés, a tensão política vai em um crescendo desenfreado, até que a 18 de agosto de 1942, a notícia

do torpedeamento de mercantes brasileiros por submarinos alemães explode a indignação patriótica popular. Insuflados por oradores, responsáveis e irresponsáveis, que se sucedem desde o coreto da Praça Dom Pedro II. A massa, indignada, agitadores mal-intencionados e desocupados em geral, saem pela avenida, destruindo, saqueando e agredindo proprietários de casas comerciais que pertencem ou têm nomes que lembrem os países do eixo, Alemanha e Itália: Padaria Alemã, Joalheria Rittimayer, A Óptica, de H. Haack, Restaurante Falconi, Sapataria Schittini, Magazines De Carolis e Gelli, entre outros pela cidade. Alguns trocaram suas denominações comerciais, como a Padaria Alemã, que se tornou Padaria Petrópolis.

Os acontecimentos levam à decretação de “toque de recolher” pelas autoridades policiais, a 19 de agosto e por mais quinze dias, bares, restaurantes, bilhares etc. são obrigados a fechar às 22h e é proibido o trânsito de pessoas e veículos após este horário. Também são proibidos novos comícios pelo delegado, Dr. José de Moraes Rattes, um descendente de colonos alemães.

O tempo passa e a avenida viu o sofrimento de mães, que viram seus filhos chamados a lutar em uma guerra longínqua, marcharam sobre seus paralelos os soldados petropolitanos, muitos, descendentes de alemães e italianos, convocados para a FEB. Sentiu o cheiro e o barulho dos automóveis movidos a gasogênio, as filas nas padarias com a falta de pão, do trigo, todo importado. O ano de 1945 chegou com exaustão e promessa de paz, o verão chegava ao final e, as águas de março aprontavam.

26 de março de 1945, segunda-feira, o comércio abria preguiçoso às 14 horas, tarde ensolarada e quente, abafada. Ao cair da tarde começa a chover, após as 21 horas, aumenta de intensidade e por mais de duas horas chove copiosamente. A Avenida XV de Novembro fica alagada como nunca antes; transbordam os rios Quitandinha e Palatinato, na “Bacia” o nível das águas atinge o alto das escadarias do Theatro D. Pedro (Teatro Municipal), a ponte em frente à Rua Barão de Teffé, de madeira, é completamente destruída, desaba e seus pedaços são levados pela correnteza. Rapazes são vistos por jornalistas da “Tribuna de Petrópolis” nadando divertidamente, à altura da Rua Mal. Deodoro, em franco desafio à natureza.

Após as águas recuarem para os leitos dos rios, ficou a lama, muita lama e lixo. Pela manhã seguinte, durante os trabalhos de limpeza e levantamento dos prejuízos do comércio, diversas serpentes são encontradas, duas na Casa Sloper, (hoje uma farmácia, nº 60, da Rua do Imperador) os gritos histéricos e desesperados das moças balconistas do estabelecimento são ouvidos a distância, só com a chegada de soldados voltam ao interior da loja. Na agência do Banco do Brasil, na esquina da Rua Alencar Lima, no prédio construído para sede do falido Banco de Petrópolis, cédulas novas, ainda não postas em circulação, bóiam dentro da agência. Nos dias seguintes são colocadas a secar, em aquecedores elétricos e ao Sol, o que provoca grande curiosidade popular e cobiça, certamente.

Meses depois ainda há vestígios da inundação, a maior de todos os tempos na Rua do Imperador e, a 6 de maio de 1945 a população invade a Avenida XV de Novembro, na comemoração da paz e da vitória aliada na 2ª Guerra Mundial.

A década de 1940 viu a construção do Edifício Gelli, o maior de então, a fábrica de móveis fora transferida para a Avenida Barão do Rio Branco e a loja transforma-se em Magazin, o que mais tarde será conhecido como loja de departamentos. A construção de outros edifícios vai se dar na década de 1950, a começar pelo edifício “Minas Gerais”, na

esquina com Rua Barão de Teffé e o “Imperador”, na esquina da Rua Paulo Barbosa, no local do demolido prédio do Colégio Pinto Ferreira, ambos nos primeiros anos da década. A tendência à verticalização da Rua do Imperador se intensifica a partir da década de 1960 e atinge seu ápice na de 1970. São demolidos, progressivamente, prédios do final do século XIX e início do século XX.

Senhores, quase si me dão?

Por essa rica sopeira!”

Gritava lá no leilão,

Mas perfeito em zoologia

O Coronel Chico Silveira.

Carros oi tálburis de praça,

Comissários, afamados,

Quer de noite, quer de dia,

(Deixa que aqui me expande)

Forneciam, quase de graça

Eram, assas, procurados,

O Brandão e o Garcia.

O Grotz, o Hugo e o Land.

O cassino, o Floresta,

No balcão, sempre atentos,

Instalados no centro,

Na Rua lida, sem fim,

Promoviam festas

A pesar a medir, suarentos,

Vistasas, lá dentro.

“Seu Motta, o Meira, e Parin”

Baile, música, vitrola,

Fugia-se de Roma, fiscal,

Circo, patinação;

E de Chico, chapeleiro...

Moça trepada na bola,

Tinha-se ojeriza formal,

Provocava sensação.

Por um tal Jacob,

coveiro.

Cafés, hotéis, bilhares,

Outras casas, na Avenida,

Diversão às centenas,
atenção

Chamavam mesmo a

Mesmo aos milhares

Lá estavam, firmes, na lida,

Boas festas, lindas cenas.

Os três Scheffers, no balcão.

O fiado era dinheiro,

Certíssimo no fim do mês.

Fosse médico, Engenheiro,

Tudo aqui era bom freguês.

Tribuna de Petrópolis - Sem Autor – em 01/07/1956

1956 vê, em nome do progresso, a definitiva descaracterização da Avenida XV de Novembro/Rua do Imperador. As árvores, já então centenárias, são derrubadas. As pontes vermelhas de madeira, há décadas vinham sendo trocados por concreto armado, já não existem. Agora são as margens dos rios, uma obra que promete, enganosamente, o fim das “enchentes”. Emparedados os córregos correm por entre muros de concreto, onde as bocas negras dos esgotos neles projetam as mesmas “imundícies” de 1878. Em um arremedo de “Bèlle Époque” são colocados balaústres de concreto em corrimões de concreto.

Isto tudo tem autores e nomes: o prefeito Flávio Castrioto de Figueiredo e Mello e o chefe da Engenharia da PMP, engenheiro Ellyr Allah Rodrigues. O prefeito convoca um comissão de cidadãos ilustres, para corroborar com seu plano de obras para a principal via pública da cidade, foram eles: engenheiros Alfredo Baeta Neves, Sady Mello e Silva, Ellyr Allah Rodrigues, Sérgio Júdice e Affonso Monteiro da Silva; médicos sanitaristas, Mário Pinheiro, Germano Bretz e Domingos Padula e o industrial José Soares de Sá.

No jornal “Diário de Petrópolis”, em agosto de 1956, na coluna “A Engenharia do Município”, assinada pelo engenheiro Ellir A. Rodrigues, esse dizia: 1 – Urbanização da Av. XV de Novembro – com a quase conclusão do trecho entre as ruas João Pessoa e General Osório, já se pode ter uma idéia do novo aspecto urbanístico da nossa principal artéria. O alargamento da Rua Marechal Deodoro e das pontes fronteiras a essa rua e a Rua General Osório faz parte do plano geral e veio estender os limites para a solução do problema do

tráfego. As árvores e flores definitivas serão, dentro de poucos dias, plantadas nos canteiros especiais. As pistas de tráfego estão ganhando um metro em toda a sua extensão e um passeio de 1,30m de largura foi criado, não só para compor o conjunto, como também para proteção do pedestre. O revestimento das paredes laterais do canal em lajotas, veio dar o acabamento condizente com o local e facilitar o escoamento das águas nos períodos de enchentes. A balaustrada, muito bonita, completa um todo realmente interessante. Se algumas condições essenciais e intrínsecas acompanharem o expresso desejo do Sr. Prefeito, devemos atingir, até fins de dezembro, a parte fronteira ao restaurante Falconi. Estamos ultimando os cálculos, projetos e orçamentos para, independentemente do trecho citado, atacar o triângulo da Praça D. Pedro...” O mesmo “Diário de Petrópolis” estampa em 1ª página, a 3 de agosto de 1956, comentários elogiosos às obras: “... a ausência de árvores, por si só, veio estampar em nossa principal artéria um colorido diferente, rico e agradável, pois, em virtude dela, a Avenida recebe agora maior volume de luz natural...”(palavras destacadas por nós).

A esse tempo, 1956/57, são trocadas as lâmpadas incandescentes da iluminação pública, por lâmpadas fluorescentes. Uma chuva forte, a 8 de abril de 1957, faz com que os rios da Avenida XV transbordem, causando grande prejuízo aos comerciantes, fato agravado pelas obras que estavam em andamento. Em 13 de abril de 1957, o articulista Henrique Pongetti, através da “Tribuna de Petrópolis”, tece considerações a cerca da “modernização” da cidade: “... os petropolitanos precisam defender Petrópolis dos atentados, injustificáveis, cometidos em nome do progresso. A mais bela cidade-jardim do mundo está perdendo seu jardim e virando uma cidade qualquer...”

REMINISCÊNCIAS

“Olho a Avenida 15 de Novembro,
Desde o princípio ao fim deserta e nua,
E minha alma soluça se me lembro
Das lindas serenatas pela Rua...”

In “Jornal de Petrópolis” – Sem autor

O7/06/1949

Um mês antes, em 2 de março de 1957, o Sr. Manuel Ramalho estava à meia-noite em frente ao Hotel D. Pedro, quando passou um “cadillac” azul, notando o Sr. Ramalho que do interior do veículo algo foi atirado pela janela. Levado pela curiosidade foi verificar o que era, deparando-se com uma blusa de senhora de seda azul. “Tempos Dourados”. Já a 24 de janeiro do mesmo ano, a polícia foi chamada a intervir em seção de cinema no “Cine Petrópolis”, quando era exibido o filme “Ao Balanço das Horas”, por bagunça e algazarra

dos jovens freqüentadores, sob o pretexto da emoção incontrolável do “Rock and Roll”. No dia 4 de abril de 1957 deu no primeiro prêmio o milhar do carro do delegado Dr. Paulo Bretz: 1370. O “Obelisco” estava em construção, um freguês viajante sai da Casa D’Angelo, já tarde da noite, vira-se para o garçom perguntando-lhe: “- Que chaminé é essa?”. Apontando para a obra. A resposta foi imediata: “- Isso é o tal de *omenisco* da cidade!”.

As obras, ditas de urbanização e modernização do centro comercial foram inauguradas a 20 de setembro de 1957, comemorado-se o primeiro centenário da elevação de Petrópolis à categoria de cidade. Ao centro da Avenida XV de Novembro, na região da “Bacia”, foi erguido monumento, um Obelisco de 20m de altura, revestido em mármore, onde justificou a municipalidade homenagear os fundadores de Petrópolis. Em sua base estão placas de bronze, com os nomes das famílias dos colonos alemães chegados a Petrópolis a partir de 29 de junho de 1845. Projeto do engenheiro Glass Veiga e executado pelo engenheiro Ellyr Allah Rodrigues.

A idéia da construção do monumento surgiu ao prefeito Flávio Castrioto, durante uma visita a Buenos Aires, onde pode se ver belo “Obelisco” na Avenida 9 de Julho, a homenagem aos colonos surgiu depois como dito acima, numa justificativa diria, canhestra, dos dirigentes municipais. À inauguração compareceram o presidente da República, Juscelino Kubitschek, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, além das autoridades municipais, prefeito, secretários, vereadores e outras autoridades civis, militares e religiosas, que assistiram a imponente desfile cívico-militar, com a presença do Batalhão Pedro II, da Banda do Corpo de Fuzileiros Navais e dos colégios da cidade. Foi, sem dúvida, uma das maiores, se não a maior concentração popular já vista na Rua do Imperador.

Curiosamente, a principal rua da cidade de Petrópolis possui somente mais um monumento em suas margens, que é o busto em bronze do professor Dr. Pinto Ferreira, na larga calçada em frente ao Colégio Estadual D. Pedro II, dito “Calçadão do Cenip”.

A Rua do Imperador estava, a partir destas obras, completamente sem cobertura vegetal, até meados da década de 1960, quando as mudas de sibipiruna atingem altura suficiente para fazerem alguma sombra, paraíso de bandos de pardais, que se concentravam a partir do entardecer, principalmente em frente ao prédio do Fórum e na praça na esquina da Rua Paulo Barbosa, até que a poluição os afugentou, definitivamente. As obras dão partida a uma especulação imobiliária desenfreada, acelerando a verticalização, com a demolição de obras centenárias ou quase, mesmo os que permanecem, desfiguram-se, construindo-se marquises de concreto armado, a substituir os toldos característicos da Rua do Imperador.

A partir de 1960, com a transferência da capital para Brasília há uma progressiva diminuição do fluxo de veranistas, o que fez o comércio da Rua do Imperador, tradicionalmente voltado para o forasteiro, ser substituído por outro mais voltado para o da terra, porém jamais recuperam seu brilho e pujança anterior; se por um lado mantém ou é impelido a manter preços altos, por outro esbarra no baixo poder aquisitivo da maioria absoluta dos petropolitanos. Os hotéis, por exemplo, que se localizavam na Avenida XV/Rua do Imperador, encerram suas atividades durante as décadas seguintes ou se aviltam.

Dez anos depois das obras que prometiam, entre outras coisas, o fim das enchentes, são postas à prova. A 12 de janeiro de 1966 a Avenida XV de Novembro/Rua do Imperador

foi mais uma vez alagada, sendo esta uma das grandes enchentes, apenas suplantado o volume de água pela de março de 1945.

Começou a chover na cidade a partir das 18 horas, os rios iniciam a transbordar às 22 horas e atingem o nível máximo a 1 hora, já no dia 13, de um domingo para uma segunda-feira. O prejuízo do comércio foi vultoso, ainda não haviam terminado as obras do túnel extravasor do rio Palatinato, que ficou pronto em meados da década de 1970 (ver II Parte, Cap. XVI - Quarteirão Princesa Imperial), portanto, os dois rios ainda transbordavam, alagando desde a Praça da Inconfidência até a Washington Luiz, toda a avenida. Atingiram as águas o nível de dois metros, marcados no granito do Obelisco. Após as chuvas, que duraram mais dois dias com enchentes menores diariamente, a Avenida XV de Novembro/Rua do Imperador voltou aos tempos de lama e poeira do século XIX, por algumas semanas. Nestes dias de tempestades seguidas, que causaram desgraças em vários pontos da cidade, o que veremos mais à frente, o cinema Petrópolis exibia: “Quanto mais músculos melhor”, com Frank Avalon. E o Capitólio: “Dois Destinos”, com Marcelo Maistroiani.

Pelas décadas de 1960 e 1970 circulavam pela avenida alguns tipos folclóricos e populares: um negro forte, simpático, era o “Presidente”, gostava de conversar sobre política e fazia discursos do alto do coreto da Praça D. Pedro II; o “Conde das Perobinhas”, Antônio Crescêncio, sempre sorridente, tinha o projeto de assumir o governo da cidade. “João Tijolo” era alvo de brincadeiras que o faziam desatar em xingamentos e palavrões; o “Tiziu”, pessoa agradável, de tão negro recebeu o apelido, falava algumas palavras em francês e procurava aparentar polidez, mas soltava imprecações ao chamamento de: “Tiziu, Tiziu!”. “Dom Luiz”, o “Barão de Petrópolis”, andava às voltas, pelo fórum e entre os advogados que freqüentavam os cartórios, procurando um jeito de como receber o dinheiro do pedágio da recém-construída Ponte Rio-Niterói, que lhe pertencia por herança. O “Bem-te-vi” envergava uniforme de escoteiro tocando flautinha de lata. Levava a mão à testa, cumprimentando as pessoas, dizendo: “Sempre alerta!”. O “Papa-ovo”, sempre de chapéu de abas largas e capa de chuva, atirava pedras ou qualquer coisa que encontrasse nos garotos que o infernizavam aos gritos de: “Papa-ovo, Papa-ovo!”. Outros ainda havia, como o “guarda de trânsito”, a quem os motoristas obedeciam ou o atropelariam; ainda o tricolor fanático Delamare, uma senhora que tocava os dedos em todos os objetos pelos quais passava; o Salerno, que se revoltava quando alguém afirmava que o antigo INPS iria acabar, aliás, acabou mesmo.

1970 viu a avenida ser asfaltada, o piso das calçadas ser reformado substituindo-se os azulejos vermelhos e brancos, colocados na década de 1956 por calçamento em pedras, ditas portuguesas, pretas e brancas e, como estas, formado “Pês”. Os postes haviam sido pintados de prata em 1967 e agora, em 1974, eram as lâmpadas fluorescentes trocadas por gás néon. Os edifícios haviam proliferado, até que no final da década há uma retomada da consciência preservacionista, que estaca um pouco este processo de verticalização da Rua do Imperador, até quase se extinguir com os tombamentos de 1986.

5 de fevereiro de 1988, à tarde, cai um grande aguaceiro sobre a cidade, que muito sofre, a avenida, já definitivamente Rua do Imperador, não poderia passar sem lama e poeira, mas a conclusão das obras do túnel do Palatinato, em 1974, impediu que prejuízos, como os anteriores, fossem consumados.

O primeiro grande momento do movimento preservacionista foi a retomada, da denominação primitiva da Avenida XV, voltando a denominar-se Rua do Imperador, em 1979. Embora essa mudança tenha sido, em princípio, encarada com algum ceticismo pela

população, com o passar dos anos o velho nome foi sendo aceito, tanto que muitos hoje sequer se lembram do antigo nome: Avenida XV de Novembro.



Litografia mostrando a rua do Imperador em 1860, para podemos no situar na imagem, imaginem-se de pé na atual praça da Inconfidência e olhando para frente, assim vocês poderão se localizar na gravura. Acervo Museu Imperial

Referências bibliográficas:

ZANATTA, Álvaro. Histórias e Lendas das ruas de Petrópolis.